

## DISQUE

Escrevi para vocês um trabalho que se chama “Disque”<sup>1</sup>. Disque, de discar, o que fazemos depois de pegar no telefone; selecionar uma combinação de seis ou sete dígitos e confiar em que a *Telesp* irá nos pôr a pessoa certa do outro lado do fio. Acontecimento, diga-se de passagem, cada vez mais raro. “Disque” também refere-se à evocação do que alguém disse, a *citação*. A voz ausente que trazemos para dentro da conversa e que, na escrita, indica-se mediante o uso das aspas. Na sequência desejo tratar da *fofoca* e de sua acumulação, o *rumor* — *the grapevine*, em inglês, a parreira, termo que provavelmente faz alusão às múltiplas linhas entrelaçadas que compõem a trama do boato; cada um de cujos nós encontra-se adequadamente representado pela fórmula “diz-se que”. Como em geral *A* toma o telefone para focar com *B* sobre *C*, podemos ver que, de certa maneira, meus “disques” acabam juntando-se. Finalmente, claro, disque tem a ver com a *supervisão*, o assunto que trouxe vocês para esta sala.

\*

Começemos pelo telefone. Ele me serve como pretexto para falar da voz que está sob tudo que dissemos, ainda que em geral não lhe demos atenção. A voz é o que resta após qualquer enunciado; o som caído da significação. A voz que não escutamos quando está mascarada nas palavras, mas que ainda assim nos afeta. Precisei ouvi-la na secretária eletrônica para entender porquê achava um tesão uma mulher cuja figura pouco me dizia.

Os sintomas provocados pelas secretárias eletrônicas estão relacionados, por sinal, com a presença inquietante de uma voz descolada da língua, do corpo donde ela se origina. Talvez os cantores sejam os únicos a não se incomodar quando ouvem a própria voz gravada numa fita; ou quem sabe eles são cantores por causa deste incômodo mesmo. Seja como for, eu conto três sintomas deste tipo. O que desliga assim que ouve o início da mensagem gravada; o que fala compulsivamente após o bip, mas nunca consegue dizer aquilo para o que ligara em primeiro lugar e o que fica mudo perante a ordem de falar que recebe do outro lado. Respectivamente: fóbico, histérico e obsessivo. Podemos acrescentar, o desafio perverso do trote, mais ou menos inocente, mais ou menos anônimo e a fúria paranóica que leva à injúria, sem outro motivo que ter de responder àquela voz sem corpo.

\*

Quando queremos invocar (do latim, *in vocare*, chamar para dentro) outra voz no texto que redigimos, escrevemos aspas. Este sinal gráfico existe para indicar que o que ali se lê fora proferido em outro tempo e lugar, e talvez por outro locutor.

Aspas invisíveis marcam o discurso da supervisão. Às vezes aspas dobradas: a narração do que alguém contara sobre um relato. Henry James costumava apagar suas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 15ª jornada da Biblioteca Freudiana Brasileira, no ano de 1990, numa mesa dedicada à supervisão.

pegadas desta maneira. E Platão, que nos refere o que recebera de Apolodoro a respeito do depoimento que este ouvira de Aristodemo sobre o sarau (o *Symposion*) realizado na casa de Agathon. O "eu" do texto foi reduzido à sombra de uma sombra. Estas aspas que se ignoram entram camufladas sob o disfarce do que em inglês se denomina *reported speech*, discurso indireto (a mensagem remetida a um outro). Os lógicos afirmam que qualquer fragmento citado, referido a outro locutor, goza de imunidade quanto a seu valor de verdade. Ninguém pode determinar se é verdadeiro ou falso. Denominam isso de "contexto opaco".

Para sabermos o que foi dito ou calado no outro consultório, haveria que intimar o paciente para uma acareação junto com seu analista. Prévio juramento de dizer a verdade toda e apenas ela, com a ajuda de Deus. Sem chegarmos ao extremo de fazer intervir o juiz, não é muito diverso do que sucede quando temos a desgraça de cairmos nas redes do rumor: entramos numa roda viva de "esclarecimentos": quem foi que disse o quê a quem e quando.

Antes de falarmos do boato, todavia, vale lembrar que o destino das aspas, invisíveis ou não, que afetam um texto não deixa jamais de ser relevante. E não é que o analista que supervisiona seu trabalho clínico ignore este detalhe, porque o interesse que demonstra em registrar as sessões que pretende supervisionar, gravando-as ou transcrevendo-as fielmente, não revela outra coisa que sua preocupação de fixar a enunciação alhures que na cena da supervisão. A função da cita deve ser bem outra quando for retomada pelo supervisor. Principalmente, porque uma frase recortada não permanece inalterada ao ser deslocada de um contexto para outro, mas, também, porque seu sentido muda dependendo do autor ao qual seja reenviada pelas aspas. A mesma expressão, com efeito, denota coisas diferentes se referida a Lula ou a Maluf.

A interpretação psicanalítica encontra-se situada entre citação e enigma. Cita, porque o analista trata aquilo que ouve como fragmentos de um texto alheio. Enigma, porque, sem ser o autor, o analista também não é o hermeneuta do texto que recebe: o único responsável pelo significado final será o paciente<sup>2</sup>.

\*

Uma vez recebi o telefonema de alguém que não podia esperar para contar-me algo que ouvira que eu teria dito a terceiros e que lhe parecia infame da minha parte. E tinha mais, segundo esta pessoa, eu nem mesmo estaria ciente do alcance das minhas declarações indecorosas. Estava ligando menos para tirar satisfação do que para comunicar-me sua descoberta dos meus designios inconscientes.

---

<sup>2</sup> Ao intervir sobre o que seu analisando quer dizer, ao não assinar embaixo da significação que este lhe propõe, o analista age como o senhor da língua, mas a finalidade não é propor ele mesmo o sentido que deverá valer senão chamar a atenção do autor (o paciente) para o fato de haver muitas leituras de sua fala. A decisão final será sempre deste último.

Depois de desligar, e durante um certo tempo, permaneci tomado pelo mais intenso desassossego, que não me permitia fazer nada além de tentar desculpar-me, não só com meu interlocutor telefônico, mas com quem quisesse ouvir; e que não me deixaria em paz até que meu analista não cortasse a enxurrada auto-justificativa com a seguinte observação: “você se preocupa demais com aquilo que os outros venham a saber de você”. Ao sair desta sessão me veio a expressão *big brother*, assim mesmo, em inglês. Além de outras considerações que dizem respeito ao meu lugar de irmão mais velho, e que não vêm ao caso, esta ocorrência refere-se ao romance de Orwell. Como o narrador de *1984*, com efeito, eu me sentia transparente sob o olhar daquele que tudo vê e sabe. Aquele telefonema denunciava não apenas o fato de ser público que eu escondia algo, que mentia, como também que eu mesmo não sabia disso. A mensagem revelava a existência de um saber absoluto, cujo limite era a cidade em que vivo, São Paulo, senão fosse o mundo. Todos sabiam que eu era culpado e nada restava a ser feito a não ser confessar o mais rápido possível. Mas confessar o quê? A culpa por não saber que escondia, que não dizia tudo, enfim, que enganava o Outro representado por quem me telefonara; na verdade, uma alteridade anônima, muito bem designada pela partícula *se* de *sabe-se*. Denunciando minha divisão subjetiva, meu interlocutor telefônico tinha se tornado, por um momento, a sede do saber; um Mestre, aquele que recalca sua divisão de sujeito. Poe o diz com elegância na *Carta Roubada*: a ascendência do raptor sobre a vítima é relativa a *the robber's knowledge of the loser's knowledge of the robber*. Algo se perde quando traduzimos: "que o ladrão saiba que a vítima o conhece".

De um modo geral, o rumor —cujo grau zero seria a fofoca (acredito que o mexerico torna-se boato quando a falação se transforma em *vox populi*, quando se faz anônimo e não mais se sabe quem foi que disse e a quem)—, o rumor, digo, está a serviço de escamotear a enunciação. O prazer das intrigas resulta do esquecimento de que existe o recalco. Contando o que sabemos de um terceiro esquecemos, por um momento, nossa própria ignorância.

\*

Recapitulando.

Comecei com o telefone: uma série de dígitos, eles mesmos insignificantes, mas não sua combinatória. Fiz observar que operar as combinações produz a comunicação, com a voz como resto (ou causa: não pegamos no telefone, às vezes, "só para ouvir sua voz"?). Depois tratei das aspas, que trazem uma voz diferente para dentro do discurso, e da cita, que isola um fragmento deste último. Neste ponto situamos a palavra do paciente como um enigma do qual ele próprio deve fazer-se o intérprete. Finalmente, o fato de a supervisão ser uma conversa sobre uma conversa nos levou a falar da fofoca, que recalca a enunciação, e do boato, sua forma acabada.

Foi pensando no modo em que poderia enunciar-se a regra de abstinência relativamente à supervisão que me ocorreu a idéia do "disque". Mais precisamente, quando li que um tal Robert Barande propunha o nome de “escuta assistida” para esta

tarifa. "A escuta assistida", pensei, "não é uma linha cruzada" —porque a tentação existe de deixar o paciente aguardando na linha para conversar com o supervisor. E tem mais, a analogia com a central telefônica vai às vezes até o ponto de se querer transferir a ligação do analisando com seu analista para o supervisor deste último. Freud ainda trabalhava com interconsultas: ele mesmo atendia os clientes de seus discípulos em dificuldades com o diagnóstico. "Disque S para supervisionar", poderia ter sido meu título. Como a transferência não se transfere, contudo, o psicanalista se vê limitado a invocar seu paciente *in absentia*; a fazer-se o portavoz de seu analisando frente ao supervisor; no que fica estabelecida a situação que caracteriza a fofoca: dois que comentam sobre um terceiro a quem supõem um saber. Está, portanto, descartado que o supervisor assista idealmente a análise do paciente de seu supervisado.

Que tipo de assistência, então, um psicanalista pode oferecer à escuta do colega? Antes de mais nada, penso, reconhecê-la como tal. O problema da supervisão, com efeito, está menos em se ter sido surdo à "verdade" no discurso do outro que em não saber o que fazer com o que se escutou. O simples fato de que o supervisor nada poderia ouvir se o supervisionando não tivesse antes escutado passa, com frequência, completamente despercebido. Na minha experiência, toda vez que fui pedir uma assistência deste tipo foi porque me sentia *obrigado* a dizer alguma coisa ao meu paciente, a assinar uma interpretação como autor.

O que faz com que a fala de uma psicanálise se desloque para a falação? Na minha opinião, uma análise insuficiente do desejo de saber. Freud mostrara, mediante Leonardo da Vinci, o desejo de saber como uma modalização da sujeição ao desejo do Outro. Não é sem ironia que se fale aqui de amor da verdade quando do que se trata é da paixão da ignorância (do que nos prende ao sintoma). Eu diria que a eficácia de uma supervisão é relativa à possibilidade de significar para o supervisionando seu desejo de saber<sup>3</sup>, desejo que colocara o analisando de que se trata no lugar de quem supostamente sabe e poderia responder...

---

<sup>3</sup> Quem não fez alguma vez a experiência da *regretio ad infinitum* dos porques que as crianças dirigem aos adultos? Não demonstra o fracasso quase certo das respostas em acalmar a febre interrogativa do perguntador, que este quer saber outra coisa além do que pergunta? Para acalmar o perguntador basta dizer-lhe qualquer coisa que lhe signifique que não tudo pode ser dito, isto é, que existe uma zona obscura na qual o locutor pode alojar-se, porque o seu interlocutor não sabe nem pode saber (se ele soubesse o que seria de mim afinal?). Neste momento a criança pode descansar de sua pergunta, a saber, qual é seu lugar no desejo do Outro.